



Este boletim de pesquisa faz parte de uma série cujo objetivo é compreender o debate atual que conecta crianças, adolescentes e jovens às mudanças climáticas e seus impactos. A série se baseia nos artigos organizados na base de dados bibliográficos **“Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)”**; e em relatórios produzidos por organizações brasileiras, internacionais e multilaterais, entre 2015 e 2025, também disponíveis na referida base.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Participação cidadã: população infantil e juvenil em foco”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da FAPERJ (CNE - Processo E-26/201.113/2022). Nele, analisamos diferentes aspectos da participação cidadã e do protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no Brasil.

E se conecta ao estudo de caso “Que clima é esse? Juventudes pela justiça climática”, que faz parte da “Parceria Internacional e Canadense sobre os Direitos das Crianças” (ICCRP em inglês), coordenada, em âmbito internacional, pela professora Tara Collins (Toronto Metropolitan University/ Canadá) e, no Brasil, pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/CIESPI/Brasil). Nele, buscamos abordar o tema das mudanças climáticas de forma amigável, despertando o interesse dos mais jovens¹.

Mais informações sobre os projetos podem ser encontradas em: www.ciespi.org.br.

Autora: Carolina Terra | Editoras: Irene Rizzini e Renata Brasil

1.0 - Introdução

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), o termo “mudanças climáticas” refere-se a alterações no estado do clima que podem ser identificadas, por exemplo, por meio de análises estatísticas, a partir de modificações na média e na variabilidade de seus elementos, e que persistem por longos períodos, geralmente décadas ou mais. Essas mudanças podem ocorrer em razão de processos naturais internos ao sistema climático ou de fatores externos, como variações nos ciclos solares e erupções vulcânicas. O relatório destaca, no entanto, que as transformações mais significativas e persistentes observadas nas últimas décadas estão relacionadas às ações antropogênicas, isto é, às atividades humanas que alteram de forma duradoura a composição da atmosfera e o uso da terra, resultando no aumento das concentra-

ções de gases de efeito estufa e no aquecimento global.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, 1992) define mudança do clima como uma alteração atribuída direta ou indiretamente à ação humana, que modifica a composição da atmosfera global e se soma à variabilidade natural observada em períodos comparáveis. Essa distinção é importante para compreender a diferença entre os fenômenos climáticos de origem natural e as mudanças resultantes da intervenção humana no sistema terrestre.

Já a justiça climática², segundo o IPCC (2023, p. 144), é a “justiça que conecta o desenvolvimento e os direitos humanos a fim de alcançar uma abordagem centrada no ser humano para lidar com a mudança do clima, protegendo os direitos das pessoas mais vulneráveis e compartilhando o ônus e os benefícios da mudança do clima e seus impactos de forma igualitária e justa”.

Este boletim de pesquisa conjuga esses dois debates, sobre mudanças climáticas e sobre justiça ambiental, considerando os 14 artigos, publicados no Brasil, em língua portuguesa, que compõem a base de dados bibliográficos “Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)”. Nosso objetivo é captar discussões e avanços recentes de pesquisas sobre os temas, em um contexto de crescente crise climática e de mobilização juvenil em escala global. Buscamos oferecer subsídios para compreender como crianças, adolescentes e jovens vêm sendo representados, pesquisados e envolvidos nas discussões contemporâneas sobre o assunto, contribuindo para o fortalecimento de um campo ainda em consolidação no Brasil.

2.0 - Metodologia

A metodologia descrita nesta seção refere-se especificamente ao recorte temático sobre Mudanças Climáticas e Justiça Climática desenvolvido para este boletim³. A busca bibliográfica foi conduzida na plataforma Periódicos CAPES, contemplando publicações entre 2020 e 2024, em português. Foram considerados apenas textos de acesso aberto e revisados por pares com foco nas faixas etárias da infância, adolescência e juventude. As palavras-chave utilizadas incluíram os termos “mudança(s) climática(s)”, “crise climática” e “justiça climática”, combinados a “infância”, “adolescência”, “juventude”, “criança(s)”, “adolescente(s)” e “jovem(ns)”.

Foram excluídos textos fora do formato de artigo científico e produções que não dialogavam diretamente com a temática nem com as faixas etárias definidas. O corpus final em português resultou em 14 artigos, número que, embora reduzido, constitui um dado relevante da pesquisa: ele indica a ainda limitada presença do tema nas publicações nacionais recentes e reflete a incipiência da discussão sobre as relações entre crianças, adolescentes, juventudes e mudanças climáticas na literatura acadêmica brasileira.

Essa limitação quantitativa deve ser compreendida como um achado em si, evidenciando tanto o caráter emergente quanto a dispersão do tema no campo científico nacional. Embora haja um número crescente de estudos sobre justiça climática, educação ambiental e sustentabilidade, poucos têm como foco específico nas perspectivas, experiências e vulnerabilidades de crianças, adolescentes e jovens frente à crise climática.

O recorte temporal, cobrindo o período de 2020 a 2024, também constitui um fator limitador, pois, ainda que permita captar tendências recentes, não possibilita acompanhar a evolução histórica e conceitual do campo, nem identificar continuidades de longo prazo. A opção por um intervalo mais curto, contudo, foi deliberada. Buscou-se contemplar as publicações mais recentes, capazes de refletir os avanços e transformações atuais nas abordagens científicas sobre o tema. Embora o campo das mudanças climáticas não seja propriamente novo, o recorte voltado às infâncias, adolescências e juventudes é recente e ainda em consolidação, o que torna pertinente privilegiar a produção mais contemporânea para identificar as contribuições emergentes que vêm sendo desenvolvidas nesse debate.

Além disso, a opção por pesquisar exclusivamente artigos e priorizar publicações de acesso aberto implicou a exclusão de teses, dissertações, livros, capítulos de livros e anais de eventos, que frequentemente oferecem análises aprofundadas e contextualizadas.

Ainda assim, o levantamento permite delinear padrões emergentes e lacunas persistentes, oferecendo uma leitura inicial sobre como a produção científica brasileira vem tratando as interfaces entre infâncias, adolescências, juventudes e mudanças climáticas. O material coletado serve, portanto, como base para futuras revisões mais amplas.

3.0 - Categorias temáticas

Os artigos foram sistematizados em três categorias temáticas: mobilização e participação, territórios e justiça climática.

3.1 - Mobilização e participação

A primeira categoria contempla estudos que investigam o engajamento político e a atuação de jovens frente às mudanças climáticas. O foco recai sobre estratégias de mobilização, produção de narrativas, formas de organização coletiva e inserção em arenas públicas de deliberação.

Silva Júnior e Teixeira (2020, 2021) analisam, em duas publicações distintas, as trajetórias de jovens ativistas brasileiros a partir de entrevistas semiestruturadas e levantamento bibliográfico. Os autores identificam que o ativismo juvenil se ancora na influência familiar, na vivência escolar e na militância estudantil. As estratégias utilizadas articulam o enfrentamento institucional com a crítica ao negacionismo climático, resultando em formas plurais de ação política.

Zakrzewski et al. (2021) apresentam a experiência do Fórum de Meio Ambiente da Juventude do Alto Uruguai Gaúcho como espaço formativo e mobilizador. O estudo enfatiza a participação de jovens do ensino médio e universitário em processos comunitários voltados à sustentabilidade, destacando a articulação entre educação ambiental e engajamento político.

Já Ferreira et al. (2023) discutem a inserção de crianças e adolescentes nos espaços de governança global, propondo uma leitura que rompe com a tradicional associação entre infância e passividade. A partir da análise de discursos e documentos da ONU, os autores argumentam que esses sujeitos possuem agência e capacidade de intervenção nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente em pautas ambientais.

Inocêncio et al. (2024) refletem criticamente sobre a centralidade midiática de figuras como Gre-

ta Thunberg, questionando a predominância do protagonismo juvenil europeu nas narrativas globais. O artigo destaca a atuação de jovens brasileiros, em especial de lideranças indígenas como Txai Suruí, propondo uma descentralização dos referenciais midiáticos e uma valorização das lutas do Sul Global.

3.2 - Territórios

A segunda categoria reúne estudos que abordam os efeitos da crise climática a partir de uma perspectiva territorializada. O foco recai sobre juventudes camponesas, assentadas, ribeirinhas ou urbanas amazônicas, destacando as desigualdades estruturais e as experiências locais de enfrentamento das mudanças climáticas.

Bertoncello et al. (2020) analisam os dilemas vivenciados por jovens das comunidades Zé Alves e Laranjal, no município de Poconé, Mato Grosso. O estudo evidencia os impactos do avanço do agronegócio, a escassez de oportunidades educacionais e a precariedade das políticas públicas, fatores que contribuem para o deslocamento forçado do campo à cidade.

Sousa e Senra (2021) analisam, por meio de um estudo de caso, as percepções da juventude do assentamento Egídio Brunetto (MST/MT) sobre os efeitos das mudanças climáticas. O estudo evidencia as dificuldades enfrentadas pelos jovens em suas atividades cotidianas e agrícolas, especialmente diante da escassez de água, da diminuição das chuvas e do aumento das temperaturas na região.

Silva et al. (2022) avaliam a percepção dos estudantes do ensino técnico integrado ao ensino médio do Instituto Federal do Tocantins, campus Araguatins. Os autores observam um aumento na compreensão dos estudantes sobre a crise climática após a realização de um projeto educativo, mas também apontam limitações na integração crítica do tema às práticas pedagógicas.

Pinto et al. (2024) analisam as juventudes amazônidas no estado do Pará, mapeando políticas

públicas e investigando experiências de pertencimento e participação política. Os resultados demonstram a existência de um racismo ambiental estrutural e a necessidade urgente de políticas específicas que considerem as dimensões de território, gênero e raça na formulação de respostas à crise climática. Também na Amazônia paraense, Gomes et al. (2024) realizaram uma pesquisa com estudantes de uma escola pública, revelando que os jovens reconhecem os efeitos da crise climática, especialmente o aumento da sensação térmica, mas ainda têm acesso limitado a espaços de escuta e protagonismo. As principais fontes de informação são a televisão, a internet, e atividades escolares esporádicas.

3.3 - Justiça climática

A terceira categoria é composta por estudos que tratam dos impactos específicos da crise climática sobre crianças e adolescentes, com ênfase na justiça intergeracional, no deslocamento forçado e na proteção de direitos humanos.

Ávila et al. (2024) abordam os efeitos das mudanças climáticas na infância e adolescência, dialogando com o Comentário Geral nº 26 do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. O artigo reúne evidências sobre o aumento da vulnerabilidade de crianças frente à poluição, à insegurança hídrica e a desastres ambientais, propondo diretrizes para garantir os direitos ambientais infanto-juvenis, com atenção às infâncias indígenas.

Duarte (2024) analisa os deslocamentos de crianças e adolescentes no Brasil em decorrência de eventos climáticos extremos, como inundações, secas e tempestades. Com base em dados do UNICEF, a autora demonstra que a maioria dos deslocamentos infantojuvenis entre 2016 e 2021 decorre de inundações, propondo a construção de mecanismos de proteção específicos para esse grupo.

Por fim, Rodrigues e Borges (2024), que propõe uma abordagem crítica sobre as disputas curriculares envolvendo juventudes e mudanças climá-

ticas. Os autores defendem a inserção de epistemologias plurais e a valorização das experiências juvenis no enfrentamento da crise ambiental. A proposta pedagógica se ancora na ideia de “adiar o fim do mundo”, articulando saberes tradicionais, justiça socioambiental e protagonismo juvenil.

4.0 - Considerações finais

O conjunto de publicações analisadas revela que o campo de estudos sobre infâncias, adolescências, juventudes e mudanças climáticas no Brasil ainda se encontra em fase de consolidação. A presença reduzida de artigos dedicados a esse recorte etário e a dispersão temática observada indicam que o tema permanece pouco explorado e raramente estruturado como um eixo específico de investigação dentro da agenda climática nacional. Ainda assim, os estudos mapeados oferecem pistas importantes sobre caminhos que vêm sendo construídos e sobre as direções que podem orientar pesquisas futuras.

As análises apontam um movimento de ampliação do reconhecimento das juventudes como sujeitos políticos e epistêmicos, cujas práticas e discursos desafiam as hierarquias tradicionais de saber e poder. Em muitos dos estudos, a Educação Ambiental crítica, entendida como aquela que problematiza as relações entre sociedade, natureza e justiça social, a mobilização comunitária e as ações coletivas aparecem como espaços de aprendizagem e de resistência, nos quais crianças, adolescentes e jovens assumem protagonismo na defesa dos territórios e na formulação de respostas à crise climática.

Outro ponto recorrente é a crescente ênfase nas desigualdades socioambientais e territoriais que configuram a vivência da crise climática. Pesquisas com juventudes rurais, ribeirinhas e periféricas demonstram que os impactos das mudanças do clima não são distribuídos de forma homogênea, mas reproduzem e aprofundam vulnerabilidades históricas. Ao mesmo tempo, emergem narrativas que valorizam os saberes tradicionais e comunitários, reconhecendo o papel de povos indígenas, quilombolas e

comunidades do campo na construção de alternativas sustentáveis e plurais.

Observa-se também a tentativa de articular a crise climática ao campo da educação e da justiça intergeracional, destacando o direito das novas gerações a um ambiente seguro, saudável e equilibrado. Essa perspectiva desafia abordagens tecnicistas e convida à reflexão sobre a responsabilidade ética e política das sociedades adultas diante dos impactos que recaem sobre crianças e jovens.

Em síntese, o levantamento mostra que, embora o número de estudos ainda seja pequeno, há uma tendência crescente de interligar o debate climático às questões de participação, território, educação e direitos humanos. O desafio que se coloca é o de fortalecer esse campo emergente, ampliando o diálogo entre academia, escola, movimentos sociais e políticas públicas.

5.0 - Referências bibliográficas

ARRUDA FILHO, Marcos Tavares de; TORRES, Pedro Henrique Campello; JACOBI, Pedro Roberto. A systematic review of the literature on climate justice: a comparison between the Global North and South. *Sustainability*, v. 16, n. 22, p. 9888, 2024.

ÁVILA, Flávia de et al. Justiça climática infantojuvenil: impactos da crise climática em crianças e adolescentes e o Comentário Geral nº 26 do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 2024.

BERTONCELLO, Jucieli; JABER DA SILVA, Michelle Tatiane; DA SILVA, Regina Aparecida. Juventudes camponesas das comunidades Zé Alves e Laranjal no município de Poconé-MT: dilemas entre ficar e sair do campo. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2020.

DUARTE, Milena Pereira. Crianças e adolescentes em movimento: os efeitos das mudanças climáticas no contexto brasileiro. *Revista Científica ANAP Brasil*, 2024.

FERREIRA, Naiara Silva; SILVA, Danielle da; OLIVEIRA, Ronny Luis Sousa; NORONHA, Antônio Renato Bezerra. Relações internacionais e a participação ativa de crianças e adolescentes na governança global. *Revista Foco*, 2023.

GIBBONS, Elizabeth D. Climate change, children's rights, and the pursuit of intergenerational climate justice. *Health and Human Rights Journal*, v. 16, n. 1, p. 19–31, 2014.

GOMES, Luis Alipio et al. Educação e mudanças climáticas: a percepção dos estudantes de uma escola do interior da Amazônia sobre as mudanças climáticas. *Caderno Pedagógico*, 2024.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; SEREIA, Dienes Aparecida de Oliveira; KOVALSKI, Mara Luciane. Tem Greta Thunberg no Brasil? Representatividades jovens na luta climática. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Tradução: Rede CLIMA, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Brasília: MCTI, 2024. 184 p.

PINTO, Pedro Israel Mota et al. Políticas públicas e meio ambiente: uma análise da relação entre crise climática e juventudes amazônidas no estado do Pará. *Geoconexões*, 2024.

ROBINSON, Mary. Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 192 p.

RODRIGUES, Allan Carvalho; BORGES, Luis Paulo. (Re)imaginando as juventudes: disputas curriculares para adiar o fim do mundo. *Revista Temas em Educação*, 2024.

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Ponte. Mudanças climáticas e juventude: narrativas e estratégias das mobilizações juvenis. *Anais do Coninter*, 2020.

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. Juventude e mudanças climáticas: trajetórias e narrativas das mobilizações no Brasil. *Revista Inter-Legere*, 2021.

SILVA, Cleudiane Chaves et al. Mudanças climáticas: percepção dos estudantes do ensino técnico integrado do IFTO – campus Araguatins. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 2022.

SOUSA, Flávia Cristina Dias Lopes de; SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitosa. Mudanças climáticas e as percepções da juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 2021.

SULTANA, Farhana. *Critical Climate Justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). *United Nations Framework Convention on Climate Change*. New York: United Nations, 1992.

ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi et al. Fórum de Meio Ambiente da Juventude: participação e articulação dos jovens na discussão e implementação de ações socioambientais. *Vivências*, 2021.

Notas

¹ O referido estudo de caso vem trabalhando a partir de dados e análises que compõem o relatório *Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil*, elaborado no âmbito do projeto “Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da Fundação José Luiz Egydio Setúbal e da Nova Institute for Health, e com a parceria da Associação Cidade Escola Aprendiz. Fazem parte da equipe: Irene Rizzini (coordenação), Maria Cristina Bó (coordenação executiva), Malcolm Bush (consultoria internacional), Renata Brasil, Carolina Terra e Mariana Menezes (pesquisa).

² Adotamos nesta publicação a definição oficial de justiça climática apresentada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2023), em sua versão brasileira publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2024). Para uma compreensão mais ampla e crítica sobre o tema, recomenda-se a leitura de autoras e autores que têm contribuído para o aprofundamento teórico e político da justiça climática, como Gibbons (2014), Farhana Sultana (2022), Mary Robinson (2021) e Arruda, Torres e Jacobi (2024). Estes estudos exploram as dimensões éticas, históricas e geopolíticas da crise climática, discutindo como desigualdades estruturais de gênero, geração, raça, classe, território e poder global moldam, tanto os impactos, como as respostas às mudanças climáticas.

³ O levantamento realizado para o desenvolvimento da base bibliográfica “Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)” é mais amplo e inclui mudanças climáticas, justiça climática e educação ambiental, com foco em crianças, adolescentes e jovens. A descrição completa da metodologia utilizada, bem como todos os artigos, está disponível no site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).



DSS Departamento de
Serviço Social

